

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações: a) **Informações Gerais** - A TOTVS S.A. ("TOTVS" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Av. Braz Leme, 1.000, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. b) **Operações** - A Companhia tem por objetivo prover soluções de negócio para empresas de todos os portes, através do desenvolvimento e comercialização de *softwares* de gestão, plataforma de produtividade e colaboração, bem como a prestação de serviços de implementação, consultoria, assessoria e manutenção, e suporte. As soluções desenvolvidas pela Companhia e suas controladas são especializadas em soluções conforme setor da economia, produzindo uma maior relevância das soluções dentro do contexto de negócio dos nossos clientes. Em 30/04/2020, a Companhia concluiu a aquisição da Supplier Participações S.A. ("Supplier"). Supplier é uma empresa focada em crédito B2B e desenvolvimento de soluções para o relacionamento entre clientes e fornecedores. Além disso, com a aquisição da Supplier, a Companhia iniciou o negócio de serviços financeiros, emissão e gestão de cartões de crédito, incluindo análise de crédito e intermediação de solicitações de financiamento em seus negócios. A Supplier detém cotas subordinadas de controle, bem como implementação da possibilidade de retorno gradual e voluntários de controle. Os **causados pela pandemia do Covid-19** - A Companhia monitora os impactos decorrentes da pandemia do Covid-19 e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus participantes (TOTVERS) e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, a sociedade e aos colaboradores; (ii) adoção da prática de trabalho remoto (home office) em todo o mundo de forma gradual; (iii) suspensão de viagens internacionais; (iv) suspensão de viagens internacionais e restrição de viagens nacionais; e (v) implantação, junto a nosso operador de plano de saúde, de atendimento telefônico disponível 24 horas para dar suporte aos TOTVERS. Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu redução de custos em áreas essenciais de suas operações. **Análise de impactos nas demonstrações financeiras** - Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19 e em atendimento aos Ofícios Circulares CVM/SN/SEP nº 02/2020 e nº 03/2020, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e está apresentando ao longo das notas explicativas, com destaque: (i) **Avaliação de provisão para perda esperada:** A Companhia avalia as variáveis que compoem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rotagens de cada faixa da carteira, capturando os aumentos de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses, e considerando o aumento de perdas estimadas na carteira de forma geral, conforme a metodologia a seguir observada na nota explicativa 9. Por outro lado, a partir do terceiro trimestre de 2020, a Companhia observou uma melhora em comparação ao segundo trimestre de 2020, tanto na pontualidade de pagamento dos clientes como na redução nas perdas estimadas. Cabe ressaltar que a Administração permanece acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na mensuração das perdas estimadas. (ii) **Avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indefinida** - A Companhia avaliou a recuperabilidade de valores através de um teste de impairment para ativos intangíveis com vida útil indefinida e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2020. (iii) **Volume de originação de créditos da controlada Supplier:** A Companhia observou uma redução temporária no volume de direitos creditórios originados pela subsidiária Supplier Administradora no segundo trimestre de 2020, em decorrência do cenário econômico impactado pela pandemia do Covid-19, apresentando recuperação ao longo do segundo semestre de 2020. (iv) **Recita de serviços não recorrentes:** As receitas de serviços de implementação e customização de *softwares* tiveram impacto reduzido, tendo em vista a aceitação da grande maioria de nossos clientes pela execução dos serviços de forma remota. (v) **Recuperabilidade dos tributos diferidos:** A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ou quando não for

provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. Na avaliação da Administração, o atual cenário, impactado pelo Covid-19, não afetou as projeções de lucros tributáveis, permitindo a recuperabilidade de créditos nos próximos anos. (vi) **Debitures:** no dia 22/04/2020, a Companhia aprovou a emissão de debentures no valor total de R\$200.000, para fazer frente a eventuais necessidades de caixa durante a pandemia do Covid-19, sendo que no dia 10/08/2020 optou pelo resgate antecipado (nota 20). Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os impactos da pandemia do Covid-19 no balanço patrimonial e no fluxo de caixa. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas internacionais de relatório financeiro, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação** - As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/02/2021, após recomendação do Comitê de Auditoria em reunião realizada no dia 01/02/2021. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles afetados por alterações de crédito conforme mencionado na nota 6. **2.3. Base de consolidação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF07 na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.3. Base de consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras das companhias controladas em 31/12/2020. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ao direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar o poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resultam em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se maior parte em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo Investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se, e apenas se, for capaz de dirigir as atividades pertinentes da investida em um ou mais dos três elementos anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de custo histórico. Os investimentos em coligadas são reconhecidos pelo seu valor de custo. A Companhia não contabiliza nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras consolidadas. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre a Companhia e suas controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

recita, exceto quando indicado de outra forma). (i) **Receita de reconhecimento** no momento da prestação, em que os riscos e benefícios são transferidos para *Supplier Administradora*; e (ii) **taxas de administração**, são reconhecidas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber e reconhecida no momento da prestação de serviço. O preço da transação é definido individualmente para cada parceiro conforme contrato firmado entre as partes. **Custos e despesas** - Os custos de *softwares* são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros. O custo de *softwares* reconhecidos, despesas com pesquisas e desenvolvimento e despesas com o custo de desenvolvimento *softwares* relacionados aos produtos a serem lançadas posteriormente, desde que existam, que não atinjam os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrer e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais. Além disso, a Companhia capitaliza gastos com desenvolvimento, desde que atendidos os critérios do CPC 04 (R1) IAS 38. **7. Tributação** - **Impostos sobre vendas** - As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,5%; • Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - 0,0% e 15,0%; • Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5% e • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%. O imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) de 4% a 12%. Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidas** - A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos nas demonstrações financeiras no resultado a longo prazo em que estiverem relacionados com os encargos decorrentes do patrimônio líquido e do resultado a longo prazo. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido no exceto na demonstração. Os tributos diferidos ativos e/ou passivos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **8. Economia hiperinflacionária na Argentina** - A Companhia possui subsidiárias na Argentina, país com economia hiperinflacionária e conforme IAS 29 (CPC 42), os ativos e passivos não monetários, os itens do patrimônio líquido e a demonstração de resultados para o exercício de hiperinflação são reavaliados para o valor atual em termos de moeda nacional, sendo corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando o índice de preços ao consumidor (IPC) do mercado local. Para fins de conversão de moeda estrangeira para índice não hiperinflacionária como o real, os montantes comparativos são apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior. Os impactos de hiperinflação resultantes das alterações no poder de compra geral a partir de 01/10/2012 e de 2019 foram reportados na demonstração de resultados em uma nota de divulgação para o exercício de hiperinflação no período de 01/10/2012 a 30/09/2019. **9. Planos de remuneração de longo prazo** - **Executivos**, o presidente do Conselho de Administração e alguns empregados da Companhia e suas controladas recebem pagamentos baseado em ações, onde os beneficiários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (transações liquidadas com títulos patrimoniais). O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados, utilizando um modelo de avaliação adequado, cujos detalhes são fornecidos na Nota 27. Esse custo é reconhecido em uma conta de provisão para perda esperada em conjunto com o correspondente valor a receber (em reserva de capital), ao longo do período em que há o serviço prestado e quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridas. A despesa ou crédito na demonstração de resultados do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início de cada fim da demonstração financeira e ocorrida durante o período. Quando o custo de aquisição não é pago de uma outorga por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços, quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou de serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. **10. Novas normas, alterações e interações** - A Companhia avalia o impacto das alterações de normas contábeis e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, estão abaixo apresentadas: **IFRS 17 - Contrato de seguro**. Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 01/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. Essa norma não se aplica às operações da Companhia. **CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência**. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxa de juros. **Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material**. As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, as decisões econômicas que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. O pronunciamento foi revisado e traz novos conceitos, reforme definições atualizadas e critérios para reconhecimento e mensuração e procedimentos para reconhecimento e mensuração. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento**. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento, desde que o benefício não seja relacionado a uma transação de arrendamento e o arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Julgamentos relacionados a receita de reconhecimento** - A Companhia reconhece receita de reconhecimento de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em uma opção de renovação, desde que essa renovação seja avaliada como arrendamento, desde que o período de cobertura seja uma opção de renovação de contrato de arrendamento, desde que seja razoavelmente esperada a conclusão do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto material no resultado. Outras melhorias, alterações e interpretações de normas contábeis em vigor em 31/12/2020, que não tiveram impacto material no resultado, estão detalhadas no relatório divulgado pela Companhia. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos** - No processo de aplicação das políticas contá********************************

O ágio apurado de R\$479.889 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. O ágio oriundo da aquisição da Supplier é alocado no segmento de Produto de créditos - Supplier e os demais alocados em sua totalidade ao segmento de Tecnologia. As contraprestações contingentes foram registradas ao valor justo na data de aquisição e estão sendo apresentadas na nota 22. As empresas adquiridas foram inseridas no modelo de gestão e canais TOTVS e contribuíram com uma receita líquida consolidada de R\$216.758 e um lucro líquido de R\$35.854 no exercício findo em 31/12/2020, após cada data de aquisição mencionada acima. Caso estas aquisições tivessem ocorrido em 01/01/2020, a receita líquida consolidada seria de R\$283.304 e o lucro líquido de R\$32.658. O montante de R\$329.016 apresentado no grupo de atividades de investimento, na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica "Aquisição de controlada, líquido do caixa" corresponde ao valor pago, líquido do caixa das operações adquiridas. O custo de transação envolvendo as aquisições destas empresas em 2020 foi de R\$2.501, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

5. Empresas alienadas e operação descontinuada: Durante os exercícios de 2019, a Companhia e controladas alienaram algumas de suas operações, demonstradas a seguir: **Clashop** - Em 09/05/2019, a Companhia celebrou contrato para alienação da participação de 70,47% no capital social da Clashop para a VTEX S.A. pelo valor de R\$21.175. A conclusão desta transação ocorreu em 31/07/2019 depois da aprovação dos órgãos competentes brasileiros. O ganho líquido pela venda da Clashop foi registrado na linha "Outras despesas e receitas operacionais" da demonstração dos resultados. **Operação de Hardware (Bematch Hardware, Bematch International Corporation (BIC) e Bematch Asia Co. Ltda.** - Visando ampliar o foco estratégico da Companhia para a operação de software, a Administração decidiu pela venda das operações de hardware no primeiro trimestre de 2019, classificando desde então o resultado desta operação como descontinuada, conforme o CPC 31 / IFRS 05 - Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada, e divulgadas em linha separada na demonstração do resultado para os exercícios findos em 2019, e de forma comparativa em 2020. As operações foram concluídas da seguinte forma: em 24/10/2019, a Companhia divulgou a conclusão da alienação da operação brasileira de hardware, por meio da subsidiária Bematch Hardware Ltda. para a EGIN S.A. pelo montante de R\$25.000. Em 06/11/2019, foi concluída a alienação da Bematch International Corporation (BIC) para a Reason Capital Group LLC, conforme contrato celebrado em 02/07/2019, pelo montante de US\$4,4 milhões equivalente a R\$17.528, após ajustes determinados em contrato, dos quais US\$1,5 milhões equivalente a R\$5.988 foram retidos a título de garantia e será liberado até 31/12/2022. Como parte da descontinuação da operação de hardware, foi incluído o encargo de contingências das subsidiárias Bematch Hardware e Bematch Asia Co. Ltda. A operação descontinuada de hardware apresentou um prejuízo líquido de R\$1.077 em 31/12/2020 e R\$43.268 em 31/12/2019, incluindo a perda líquida gerada pela venda de R\$44.946, registrados na rubrica "Prejuízo das operações descontinuadas".

6. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. **6.1. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros são aqueles que representam uma obrigação financeira ou um instrumento financeiro da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	-	-	1.027.733	1.538.156
Aplicações Financeiras (Nota 8)	-	-	179.308	179.308
Garantias de investimentos (Nota 22)	-	-	11.328	27.265
Contas a receber, líquidas (Nota 9)	-	-	1.561.241	382.622
Mútuo com franquias (Nota 13)	-	-	17.721	24.703
Receíveis por venda de investimentos (Nota 13)	-	-	19.348	37.619
Ativos financeiros (Nota 6.3)	92.770	71.955	-	-
Instrumentos Financeiros Ativos	92.770	71.955	2.816.479	2.010.365
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	-	-	325.050	-
Debêntures (Nota 20)	-	-	-	202.973
Contas a pagar e fornecedores	-	-	285.345	209.638
Repasse aos parceiros (Nota 21)	-	-	328.817	-
Obrigação por aquisição de investimentos (Nota 22)	182.740	15.959	25.460	27.353
Cotas sênior e mezanino (Nota 24)	-	-	1.011.087	-
Outros passivos	-	-	44.026	28.899
Passivos Financeiros	182.740	15.959	2.019.768	716.566

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: **Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, repasse aos parceiros e outras obrigações de curto prazo** se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. **O valor justo dos ativos financeiros sem negociação no mercado ativo** é estimado por meio de uma técnica de avaliação, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da taxa de valores por elas indicada. **Empréstimos e financiamentos e debêntures** são

6.5. Mudanças no passivo de atividades de financiamento - Os passivos decorrentes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrentes de atividade de financiamento para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019:

	Fluxo de caixa de financiamento				Itens que não afetam o caixa			
	2019	Principal	Juros pagos	Captação	Arendamentos	Juros incorridos	Aquisição de controlada	Outros (I)
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	6.363	(174.858)	(1.665)	100.000	-	1.180	170.505	- 101.525
Arendamento mercantil	241.340	(54.624)	(12.198)	-	29.267	14.660	5.080	- 223.525
Dividendos a pagar	44.579	(108.228)	(7.775)	196.924	-	7.678	-	-
Cotas seniores e mezanino	-	7.388	-	-	-	25.852	975.768	- 121.336
Total	495.255	(730.322)	(21.638)	296.924	29.267	49.570	1.151.353	123.415

	Fluxo de caixa de financiamento				Itens que não afetam o caixa			
	2018	Principal	Juros pagos	Novos arrendamentos	Juros incorridos	Outros (I)	2019	
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	159.252	(152.889)	(5.233)	-	5.203	6.363	-	
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19) (II)	1.489	(61.617)	-	260.057	-	2	241.340	
Debêntures (Nota 20)	277.188	-	(96.202)	-	21.987	-	202.973	
Dividendos a pagar e outros (Nota 26)	13.902	(49.898)	-	-	-	80.575	44.579	
Total	492.561	(264.404)	(116.841)	260.057	43.305	80.577	495.255	

(I) A movimentação incluída na coluna "Outros" contempla distribuição de dividendos e JSCP no exercício e crédito de impostos compensados sobre distribuição de JSCP. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa operacionais.

6.6. Gestão de Risco Financeiro - Os principais riscos financeiros a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: **a. Risco de Liquidez** - A liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitoradas diariamente pela Gestão da Companhia, de modo a garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária. A Companhia não observou até a presente data e não espera impactos significativos de liquidez e de fluxo de caixa decorrente da pandemia do Covid-19 e reforça o compromisso na gestão de recursos para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela a seguir analisa os passivos de obrigações financeiras, em termos de prazos de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado		
	Menos de um ano (I)	Entre um e dois anos (II)	Entre dois e cinco anos (I)
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	99.305	-	-
Empréstimos e Financiamentos	156.539	93.312	106.099
Obrigações por aquisição de investimentos	44.781	114.622	68.226
Repasse para parceiros	328.817	-	-
Cotas sênior e mezanino (II)	1.011.087	-	-
Outros passivos	11.592	30.462	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e Financiamentos	63.821	-	-
Debêntures	66.667	86.089	134.382
Obrigações por aquisição de investimentos	202.973	-	-
Outros passivos	11.292	17.607	-

i. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, debêntures e outras obrigações. ii. As cotas sênior e mezanino estão dentro do fluxo de um ano, porém as cotas não possuem vencimento. Normalmente, a Companhia garante que tem caixa à vista suficiente para cobrir despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isso exclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A Companhia tem acesso a uma variedade suficiente de fontes de financiamento, caso necessário. **b. Risco de Crédito** - Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar a carteira de empréstimos e financiamentos de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou abaixo ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating Standard & Poor's, Moody's ou Fitch. O valor alocado a cada instituição não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido da instituição financeira. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito em que cada novo cliente tem a sua capacidade de crédito analisada imediatamente antes do primeiro pagamento. Para o cliente a receber do segmento de tecnologia, a Companhia possui uma carteira de clientes bastante diversificada e com baixo nível de concentração e estabelece uma estimativa de provisão para perdas que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber (divulgações adicionais são fornecidas na Nota 9). O principal componente dessa provisão é específico e relacionado a riscos individuais significativos. A estrutura de avaliação de risco da carteira dos produtos de crédito da Supplier está baseada em metodologias estatísticas de Application e Behavior Scoring, além de utilização de instrumentos mitigadores operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isso exclui o impacto potencial de eventos futuros. O risco de crédito é gerenciado por meio de monitoramento de relatórios de acompanhamentos, comitê de risco, ações de readequação de limites de crédito, monitoramento de carteira e melhorias no sistema de cadastro. As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através das seguintes garantias: seguros, garantias do emissor, desde que aprovada pelo comitê de crédito de crédito. A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas significativas. Cabe destacar que o giro da carteira é rápido com prazo médio de 90 dias, ou quando são vendidos no curto prazo. Adicionalmente em virtude da pandemia de Covid-19, a Companhia está monitorando diariamente o comportamento e gerenciamento ativo da inadimplência da sua carteira de clientes por meio de políticas referente à venda de serviços e licenças de software e não são esperados impactos relevantes, além dos refletidos na provisão para perda conforme nota 9. **c. Risco de Mercado** - **i) Risco de taxas de juros e inflação:** o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e CDI, além das aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente nas receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento de redução das taxas de juros e inflação. Os direitos creditórios gerados pelo segmento de Produtos de Créditos - Supplier são de curto prazo e, portanto, não estão sujeitos a variações de taxas de juros. **ii) Risco de taxas de câmbio:** decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira. Algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN) e Peso Chileno (CLP). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração e acompanha os possíveis impactos da pandemia do Covid-19 em cada uma destas empresas, sendo que no exercício findo em 31/12/2020 e 2019 os saldos dos ativos são superiores aos saldos negativos expostos conforme demonstrado abaixo:

	2020			
	Caixa e equivalente de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Exposição líquida
Empresa				
RJ Consultores México	(43)	2.160	284	2.401
				Peso (MXN)
CMNet Participações	(304)	1.033	580	1.309
				ARS
TOTVS S.A.	(6.273)	-	-	(6.273)
				USD
TOTVS Large	-	-	5.988	5.988
				USD

	2019			
	Caixa e equivalente de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Exposição líquida
Empresa				
RJ Consultores México	(16)	-	1.903	1.887
				Peso (MXN)
CMNet Participações S.A.	(317)	1.116	1.026	1.825
				ARS
TOTVS S.A.	(8.962)	-	-	(8.962)
				USD
TOTVS México	(1.051)	3.518	1.544	4.011
				Peso (MXN)
TOTVS Argentina	(1.815)	4.781	3.605	6.571
				Peso (ARS)
TOTVS Incorporation	-	436	71.955	72.391
				USD
Total	(12.161)	9.415	85.14	77.223

d. Operações com derivativos - A Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos nos períodos apresentados. **6.7. Gestão de capital** - O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A TOTVS controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, recompra de ações, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures e emissão de notas promissórias. A Companhia inclui dentro da dívida líquida: empréstimos, financiamentos, e debêntures, obrigações de curto prazo, obrigações de investimentos e as cotas seniores e mezanino do Supplier FIDC, deduzindo o saldo de aplicações financeiras do Supplier FIDC, garantias de investimentos e o caixa e equivalentes de caixa.

	2018		2019	
	2020	2019	2020	2019
Disponibilidades	426	323	18.564	12.039
Equivalentes de caixa	527.629	1.106.565	1.009.169	1.526.057
Fundo de investimento	302.674	927.178	454.145	1.330.500
CDB	224.955	148.586	555.024	162.826
Operações compromissadas	30.801	30.801	-	32.731
Total	527.955	1.106.888	1.027.733	1.538.156

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e a aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia concentra seus investimentos em fundo de investimento para TOTVS e suas subsidiárias. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e líquida imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos de dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 94,9% do CDI em 31/12/2020 (96,7% em 31/12/2019).

reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. • Obrigação por aquisição de investimentos, inclui pagamentos contingentes oriundos de combinação de negócios e seu valor justo é estimado com base na performance das aplicações aplicadas aos múltiplos definidos em cada contrato. **6.2. Mensuração do valor justo** - A tabela abaixo apresenta o valor contábil dos ativos e passivos consolidados em 31/12/2020 e de 2019:

	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras (Nota 7)	-	1.009.169	-	1.526.057	-	-
Aplicações Financeiras - não resgatáveis em 90 dias (Nota 8)	-	179.308	-	-	-	-
Ativos financeiros (Nota 6.3)	-	-	92.770	-	-	71.955
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	-	325.050	-	247.703	-	-
Debêntures (Nota 20)	-	-	-	202.973	-	-
Obrigação por aquisição de investimento (Nota 22)	-	25.460	182.740	-	27.353	15.959
Cotas sênior e mezanino	-	1.011.087	-	-	-	-

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial referentes a contas a receber de clientes, depósito judicial, passivos trabalhistas, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, dividendos a pagar ao custo amortizado, não diferem significativamente de seus valores justos, portanto, não são apresentados no quadro acima. Não houve transferência entre os Níveis 1, 2 e 3 durante o exercício. **6.3. Ativos financeiros** - Os investimentos em startups feitos pela Companhia, têm estratégia de médio prazo, com saída planejada para o momento em que os retornos financeiros esperados sejam atingidos e, dessa forma, são reconhecidos como instrumento financeiro. Esses investimentos são empresas privadas que não possuem um preço de mercado cotado em um mercado ativo. O valor justo desses investimentos é medido por técnicas de avaliação de mercado comumente utilizadas, como fluxos de caixa descontados ou múltiplos, considerando a razoabilidade do intervalo estimado de valores. A mensuração do valor justo é o ponto dentro da faixa que melhor representa o respectivo valor justo. Além disso, esses investimentos incluem um investimento na GoodData em ações preferenciais, que têm uma preferência de liquidação. O valor destes investimentos em 31/12/2020 era de R\$92.770 (R\$71.955 em 31/12/2019). **6.4. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros** - Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31/12/2020 e de 2019. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa e as debêntures emitidas em 2017. **a) Ativos Financeiros** - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31/12/2020, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 1,90% ao ano e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31/12/2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldo em 2020	Risco Redução CDI (a)	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras consolidadas	R\$ 1.188.477		1,90%	1,43%	0,95%
receita financeira			R\$ 22.581	R\$ 16.995	R\$ 11.291

(a) Certificado de Depósito Interbancário

b) Passivos Financeiros - Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data-base de 31/12/2020, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigente em 31/12/2020, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2020 e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020. A data-base utilizada para os empréstimos foi de 31/12/2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 2020	Risco Aumento CDI	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos	R\$100.740		1,90%	2,38%	2,85%
Despesa Financeira estimada			RS1.914	R\$2.398	RS2.871

Os passivos financeiros atrelados ao CDI e TJLP referente a empréstimos e financiamentos com BNDES e debêntures de 31/12/2019, foram liquidados ao longo do exercício findo em 31/12/2020 conforme apresentados nas notas 19 e 20.

9. Contas a receber de clientes líquidas: A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	Consolidado			
	2020	2019	2020	2019
Titulos do tesouro	-	-	9.671	-
Fundos de investimentos (I)	-	-	169.637	-
			179.308	

(I) Representam cotas em fundo de investimentos referenciados DI.

	Consolidado			
	2020	2019	2020	2019
Mercado externo	381.459	360.858	526.083	478.035
Mercado interno	766	1.391	5.801	6.710
Direitos creditórios (I)	-	-	1.165.602	-
Contas a receber bruto	382.225	362.249	1.697.486	484.745
(-) Provisão para perda esperada	(57.097)	(79.712)	(136.245)	(102.123)
Contas a receber líquido	325.128	282.537	1.561.241	382.622
Ativo circulante	267.801	252.842	1.497.229	3

15. Imobilizado: O imobilizado da Companhia é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora							Total do Imobilizado
	Computadores	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Benefícios em imóveis de terceiros	Direito de uso (I)	Outros	
Custo								
Saldos em 2018	184.096	10.201	22.877	26.403	86.099	-	11.133	340.809
Saldo inicial do IFRS 16/CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	217.111	-	217.111
Adições	26.225	4.597	3.612	443	3.589	19.861	-	58.500
Transferências	(3.191)	199	329	-	-	-	(1.402)	-
Baixas	(13.463)	(4.233)	(965)	(20)	(3.633)	-	(31)	(22.345)
Saldos em 2019	193.667	10.764	25.853	26.282	90.120	236.972	9.873	594.075
Adições	21.514	3.680	1.286	352	3.816	21.134	1.005	52.787
Transferências	(6.841)	(682)	-	9	492	7.656	(3.113)	(2.479)
Baixas	(12.150)	(2.205)	(528)	(356)	(36)	(1.343)	(26)	(16.644)
Saldos em 2020	196.190	11.557	26.611	26.831	94.392	264.419	7.739	627.739
Depreciação								
Saldos em 2018	(106.265)	(3.966)	(11.783)	(11.841)	(24.728)	-	(4.368)	(162.951)
Depreciação no exercício	(27.107)	(3.388)	(3.082)	(3.127)	(10.358)	(32.075)	(2.192)	(81.329)
Transferências	-	-	(60)	-	60	-	-	-
Baixas	12.918	3.068	912	13	3.619	-	14	20.544
Saldos em 2019	(120.454)	(4.286)	(14.013)	(14.955)	(31.407)	(32.075)	(6.546)	(223.736)
Depreciação no exercício	(27.418)	(3.664)	(3.138)	(3.061)	(10.790)	(37.951)	(1.183)	(87.205)
Transferências	606	-	-	-	(1.466)	(606)	1.466	-
Baixas	12.016	2.032	516	325	1.289	-	26	16.204
Saldos em 2020	(135.250)	(5.918)	(16.635)	(17.691)	(43.663)	(69.343)	(6.237)	(294.737)
Valor residual								
Saldos em 2020	60.940	5.639	9.976	9.140	50.729	195.076	1.502	333.002
Saldos em 2019	73.213	6.478	11.840	11.871	58.713	204.897	3.327	370.339
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	33%	10% a 25%	6,7% a 25%	10% a 33%	10% a 33%	20%	-

	Consolidado							Total do Imobilizado
	Computadores	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Benefícios em imóveis de terceiros	Direito de uso (I)	Outros	
Custo								
Saldos em 2018	204.541	12.756	28.861	34.377	101.000	-	11.927	393.462
Saldo inicial do IFRS 16/CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	236.820	-	236.820
Adições	27.353	5.256	3.774	459	3.589	25.453	218	66.102
Transferências	(2.712)	199	376	(504)	4.065	-	(1.382)	42
Baixas	(16.940)	(5.607)	(1.868)	(611)	(4.405)	(4.172)	(52)	(33.655)
Baixa por alienação de empresa	(3.162)	(763)	(1.427)	(5.519)	(4.479)	(5.645)	(173)	(21.168)
Varição cambial (ii)	80	54	43	4	96	(460)	1	(182)
Saldos em 2019	209.160	11.895	29.759	28.206	99.866	251.996	10.539	641.421
Adições	23.255	4.127	1.464	382	4.154	30.274	1.163	64.819
Aquisição de controladas	8.564	258	1.886	2.177	939	6.975	3.460	21.259
Transferências	(6.842)	(702)	11	8	577	7.656	(3.288)	(2.481)
Baixas	(13.849)	(2.639)	(645)	(577)	(43)	(6.446)	(42)	(24.241)
Varição cambial (ii)	234	147	75	74	301	1.310	9	2.150
Saldos em 2020	220.522	13.086	32.649	30.270	105.794	291.765	8.841	702.927
Depreciação								
Saldos em 2018	(120.437)	(5.342)	(14.995)	(16.704)	(33.117)	-	(4.041)	(194.636)
Depreciação no exercício	(28.977)	(4.293)	(3.447)	(3.261)	(11.906)	(37.572)	(1.875)	(91.331)
Transferências	(452)	-	(94)	460	60	-	(16)	(42)
Baixas	16.077	4.685	1.444	472	2.464	855	33	27.330
Baixa por alienação de empresa	1.985	107	396	3.147	440	-	52	6.127
Varição cambial (ii)	(16)	7	(25)	(4)	(81)	181	1	63
Saldos em 2019	(131.820)	(4.836)	(16.721)	(15.890)	(40.340)	(36.536)	(5.846)	(251.989)
Depreciação no exercício	(30.251)	(3.984)	(3.599)	(3.407)	(11.857)	(45.026)	(1.354)	(99.478)
Aquisição de controladas	(4.820)	(67)	(767)	(801)	(215)	(2.408)	(174)	(9.252)
Transferências	606	-	-	-	(298)	(606)	298	-
Baixas	13.408	2.324	539	478	2	5.202	40	21.993
Varição cambial (ii)	44	10	(7)	(83)	(265)	570	(23)	246
Saldos em 2020	(152.833)	(6.553)	(20.555)	(19.703)	(52.973)	(78.804)	(7.059)	(338.480)
Valor residual								
Saldos em 2020	67.689	6.533	12.094	10.567	52.821	212.961	1.782	364.447
Saldos em 2019	77.340	7.059	13.038	12.316	59.526	215.460	4.693	389.432
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	20% a 33%	10% a 25%	6,7% a 25%	10% a 33%	10% a 33%	20%	-

(i) A linha de adição inclui a atualização anual dos aluguéis aplicados ao direito de uso conforme indexador estabelecido no contrato no valor de R\$18.174. A Companhia aplicou exceções da norma para contratos de curto prazo e baixo valor, registrados na despesa de aluguel no valor de R\$1.044 na Controladora e R\$2.310 no Consolidado em 31/12/2020. (ii) Inclui os ajustes por inflação das subsidiárias na Argentina. Anualmente a Companhia avalia indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil de seus ativos, sendo que para os exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019, não houve nada que indicasse alguma mudança. A seguir apresentamos a composição do direito de uso e passivo por arrendamento para os exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019.

	Consolidado				Total do ativo	Passivo de arrendamento
	Direito uso imóveis	Direito uso equipamentos	Total do ativo	Passivo de arrendamento		
Saldo em 2018	-	-	-	-	-	42.189
Saldo inicial	-	-	236.820	-	236.820	-
Adição	25.453	7.656	33.109	-	33.107	-
Baixa	(3.317)	-	(3.317)	-	(4.055)	-
Baixa por alienação de empresa	(5.645)	-	(5.645)	-	(5.463)	-
Amortização	(37.572)	(606)	(38.178)	-	(279)	-
Juros e variação cambial	-	-	-	-	16.115	-
Pagamento de juros	-	-	-	-	(15.406)	-
Pagamentos de principal	-	-	-	-	(61.617)	-
Saldo em 2019	215.460	7.052	222.510	-	241.340	-
Adição	22.037	8.237	30.274	-	29.267	-
Combinação de negócios	4.567	-	4.567	-	5.080	-
Baixa	(1.232)	(12)	(1.244)	-	-	-
Amortização	(41.401)	(3.625)	(45.026)	-	-	-
Juros e variação cambial	1.880	-	1.880	-	14.660	-
Pagamento de juros	-	-	-	-	(12.198)	-
Pagamentos de principal	-	-	-	-	(54.624)	-
Saldo em 2020	201.311	11.650	212.961	-	223.525	-

16. Intangível: Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Controladora					Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	P&D (I)	Outros (II)	
Custo ou avaliação						
Saldos em 2018	339.590	63.149	212.980	-	18.750	280.308
Adições	17.448	-	3.554	-	-	21.002
Transferências	(6.989)	(2.151)	(166)	-	(123)	(9.429)
Saldos em 2019	350.049	60.998	216.368	-	18.627	280.308
Adições	27.306	-	3.883	16.735	-	47.924
Transferências	9.468	2.151	-	-	123	11.908
Saldos em 2020	386.823	63.149	220.417	16.735	18.750	280.308
Amortização						
Saldos em 2018	(258.748)	(43.825)	(210.819)	-	(18.750)	(532.142)
Amortização do exercício	(31.875)	(4.200)	(942)	-	-	(37.017)
Transferências	6.989	2.151	166	-	123	9.429
Saldos em 2019	(283.634)	(45.874)	(211.595)	-	(18.627)	(559.730)
Amortização do exercício	(30.587)	(4.201)	(2.655)	(110)	-	(37.553)
Transferências	(6.989)	(2.151)	(166)	-	(123)	(9.429)
Saldos em 2020	(321.210)	(52.226)	(214.416)	(110)	(18.750)	(606.712)
Valor residual						
Saldos em 2020	65.613	10.923	6.001	16.625	-	280.308
Saldos em 2019	66.415	15.124	4.773	-	-	280.308
Taxas médias de amortização anual	10% a 20%	6,7% a 8%	8% a 12,5%	20% a 50%	10% a 50%	-

	Consolidado					Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	P&D (I)	Outros (II)	
Custo ou avaliação						
Saldos em 2018	384.898	100.832	360.730	28.107	49.848	668.804
Adições	17.504	-	3.554	-	-	21.058
Baixas	(7.139)	(11.059)	(166)	(721)	(123)	(19.208)
Baixa por alienação de empresa	(5.482)	(6.494)	-	(13.496)	-	(28.334)
Amortização	(37.572)	-	(606)	-	-	(38.178)
Juros e variação cambial	-	-	-	-	-	16.115
Pagamento de juros	-	-	-	-	-	(15.406)
Pagamentos de principal	-	-	-	-	-	(61.617)
Saldo em 2019	389.795	83.279	364.118	13.890	49.725	665.942
Adições	27.652	-	3.883	18.959	-	50.494
Aquisição de controladas	159.792	44.528	116.243	-	32.438	479.889
Transferências	2.479	-	-	535	(535)	-
Varição cambial (III)	140	-	-	-	-	2.479
Saldos em 2020	579.858	127.807	484.244	33.384	81.627	2.452.752
Amortização						
Saldos em 2018	(295.876)	(62.990)	(261.159)	(22.826)	(49.629)	(736.091)
Amortização do exercício	(36.032)	(5.157)	(11.723)	(74)	-	(55.702)
Baixas	7.135	4.185	166	721	123	12.330
Baixa por alienação de empresa	2.338	4.730	-	16.349	-	23.417
Varição cambial (III)	(6)	-	-	-	-	-
Saldos em 2019	(322.441)	(59.232)	(272.716)	(8.472)	(49.580)	(756.052)
Amortização do exercício	(55.197)	(19.107)	(21.475)	(1.484)	(7.846)	(105.109)
Aquis						

